



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em
31 de dezembro de 2023

2023

BANCO LETSBANK S.A.

CNPJ nº 58.497.702/0001-02

NIRE 353.000.242-90

BANCO LETSBANK S.A.

Companhia de Capital Fechado

CNPJ 58.497.702/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dezembro de 2023

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Banco Letsbank S.A.** (“**Letsbank**” ou “Banco”), submete à apreciação de todos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e suas respectivas notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

O Banco tem a missão de inovar a forma como os empréstimos de Pequena e Média Empresa (PME) se relacionam com o mercado financeiro e simplificar o acesso ao crédito, oferecendo uma gestão financeira de forma simples e integrada dentro da plataforma de seus parceiros.

Neste exercício de 2023 continuamos com a execução desta estratégia, além do diferencial de contar com uma licença de um banco múltiplo, com segurança e agilidade aos produtos oferecidos. Nossas soluções de banking proporcionam uma conciliação bancária com confiabilidade gerando eficiência na gestão dos negócios dos clientes e dos parceiros.

Em 28 de junho de 2023, foi aprovada por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a cisão parcial da Holding NK 031, com a transferência da parcela cindida para a JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Diante disso, o Voiter e o **Letsbank** passaram a ter acionistas controladores diferentes. A alteração de controle para o **Letsbank**, homologada pelo Banco Central do Brasil, apresenta a estrutura abaixo:



Em 2023, foi concluída compra da IOUU uma fintech voltada à originação de crédito a pequenos empreendedores. Com essa aquisição, o Banco focará suas atenções no mercado de pequenas e médias empresas usando o motor de crédito adquirido, mesclando a inteligência de dados da IOUU com a expertise do Banco em premissas básicas de concessão de crédito.



Mensagem da Administração

Em 22 de dezembro de 2023 o Banco Master celebrou contrato para a aquisição de 100% da JK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Letsbank S.A. A aquisição foi protocolada no Banco Central do Brasil ("BACEN") e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 29 de janeiro de 2024, sendo aprovada pelo CADE em definitivo em 14 de março de 2024. A conclusão da aquisição está sujeita à aprovação do BACEN.

Desempenho

Em 31 de dezembro de 2023, o **Letsbank** apresentou Ativos Totais de R\$ 150,9 milhões (R\$ 241,4 milhões em dezembro 2022) e Patrimônio Líquido de R\$26,3 milhões (R\$16,4 milhões em dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, apresentou resultado líquido de -R\$108,8 milhões (-R\$60,1 milhões no exercício 2022), devido especialmente ao investimento na construção da estrutura para o desenvolvimento de negócios.

Índice de Basileia

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, o **Letsbank** apura o Índice de Basileia com base nos dados financeiros do Conglomerado Prudencial (Banco Letsbank S.A.). Em 31 de dezembro de 2023, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 16,6% (12,2% em dezembro de 2022.)

Gerenciamento de Riscos

As atividades do **Letsbank** e suas controladas envolvem assumir riscos de forma orientada e gerenciá-los profissionalmente. Estas funções são desempenhadas e apuradas de forma contínua pelo Letsbank, em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17.

Relacionamento com Auditores Independentes

Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não realizou e não está contratada para a prestação de outros serviços ao **Letsbank**, que não sejam aqueles relacionados à auditoria externa.

Declaração da Diretoria

A Diretoria Executiva do Banco Letsbank S.A. declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, aqui divulgadas, e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.



Agradecimentos

Agradecemos o apoio e a confiança do nosso acionista, nossos colaboradores e parceiros de negócios, por acreditarem em nosso projeto e participarem conosco em sua implementação.

São Paulo, 28 de março de 2024

A Diretoria

Banco Letsbank S.A.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Letsbank S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Letsbank S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota explicativa 10, em 31 de dezembro de 2023 os créditos tributários registrados no ativo, oriundos de diferenças temporárias, totalizam R\$ 17 milhões e estão reconhecidos com base em estudo de realização, de acordo com os requerimentos do Banco Central do Brasil. Esse estudo foi elaborado com base nos cenários atual e futuro e foi aprovado pela Administração. A realização destes créditos tributários, oriundos de diferenças temporárias, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.



Banco Letsbank S.A.

Reorganização societária

Conforme descrito nas notas explicativas 1(a) e 21(a), foi protocolada a aquisição da empresa controladora do Banco Letsbank S.A. pelo Banco Master S.A. em 29 de janeiro de 2024. A conclusão da aquisição está sujeita à aprovação do BACEN. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,



Banco Letsbank S.A.

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Banco Letsbank S.A.



Balanço Patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Disponibilidades	4(a)	300	601
Instrumentos financeiros		73.195	151.006
Títulos e valores mobiliários	5(a); (b)	33.558	17.028
Operações de crédito	6	45.785	48.628
Outros ativos financeiros	7	13.694	88.879
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	6(a); (b)	(19.842)	(3.529)
Ativos fiscais		16.984	4.486
Créditos tributários diferidos	10(b); (c)	16.984	4.479
Impostos a compensar		-	7
Outros ativos	8	44.019	65.602
Participações societárias	18(a)	1.359	847
Imobilizado de uso	18(b)	4.258	5.065
Intangível	18(c)	14.379	21.397
Depreciação e amortização acumuladas	18(b);(c)	(3.569)	(7.572)
Total do ativo		150.925	241.432
Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Instrumentos financeiros		104.919	203.037
Depósitos	9(a)	104.919	203.037
Provisões	11	15.875	14.849
Outros passivos	13	3.736	7.051
Patrimônio líquido	14	26.395	16.495
Capital	14(a)(i)	323.188	204.432
Prejuízos acumulados	14(b)	(296.793)	(187.937)
Total do passivo e patrimônio líquido		150.925	241.432

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado
Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação

	Nota	2º Semestre	Exercícios findos em	
		2023	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Resultado da intermediação financeira		(13.205)	(20.838)	(1.832)
Receitas de operações de crédito	15(a)	5.178	12.823	6.628
Resultado com títulos e valores mobiliários	15(a)	5.117	10.465	5.280
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	15(a)	10	(531)	(14)
Despesas de captação no mercado	15(b)	(8.618)	(20.023)	(10.332)
(Provisão) Reversão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6 (b)	(14.892)	(23.572)	(3.394)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(72.735)	(99.838)	(67.270)
Receitas de serviços	15(c)	3.078	5.766	4.536
Receitas de tarifas bancárias	15(c)	1.089	2.525	2.689
Despesas de pessoal	15(d)	(15.333)	(27.943)	(29.279)
Despesas administrativas	15(e)	(59.735)	(75.679)	(43.316)
Despesas tributárias		(631)	(1.266)	(1.084)
Reversão/(despesas) de provisões	11	(562)	(1.215)	(1.556)
Fiscais		(419)	(1.055)	(1.209)
Trabalhistas		(154)	(171)	(361)
Cíveis		11	11	14
Resultado de equivalência patrimonial	18(a)	(390)	(387)	33
Outras receitas operacionais	15(f)	1.493	2.564	2.185
Outras despesas operacionais	15(g)	(1.744)	(4.203)	(1.478)
Resultado operacional		(85.940)	(120.676)	(69.102)
Resultado não operacional		(73)	(686)	-
Resultado antes dos tributos		(86.013)	(121.362)	(69.102)
Imposto de renda e contribuição social	10(a)	7.357	12.506	2.190
Prejuízo do semestre / exercício		(78.656)	(108.856)	(66.912)
Prejuízo por ação	16			
Ações ordinárias (R\$/UN)			(0,0061)	(0,0349)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Letsbank S.A.



Demonstração do Resultado Abrangente Em milhares de reais

	2º Semestre	Exercícios findos em	
	2023	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Prejuízo do semestre / exercício	(78.656)	(108.856)	(66.912)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total	(78.656)	(108.856)	(66.912)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**
Em milhares de reais

	Capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	204.432	(121.025)	83.407
Prejuízo do exercício - reapresentado	-	(66.912)	(66.912)
Aumento de Capital	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado	204.432	(187.937)	16.495
Mutações do exercício - reapresentado	-	(66.912)	(66.912)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado	204.432	(187.937)	16.495
Prejuízo do exercício	-	(108.856)	(108.856)
Aumento de Capital	118.756	-	118.756
Saldos em 31 de dezembro de 2023	323.188	(296.793)	26.395
Mutações do exercício - reapresentado	118.756	(108.856)	9.900

	Capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2023	245.432	(218.137)	27.295
Aumento de Capital	77.756	-	77.756
Prejuízo do semestre	-	(78.656)	(78.656)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	323.188	(296.793)	26.395
Mutações do semestre	77.756	(78.656)	(900)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

	2º Semestre	Exercícios findos em	
	2023	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo ajustado	(33.897)	(58.233)	(59.316)
Prejuízo do semestre / exercício	(78.656)	(108.856)	(66.912)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.357)	(12.506)	(2.190)
Provisão/(Reversão) para perdas esp.assoc. ao risco de crédito	14.892	23.572	3.394
Provisão/(Reversão) de contingências	562	1.215	(1.555)
Depreciação e amortização	17.421	19.104	7.981
Resultado de equivalência patrimonial	390	387	(33)
Resultado na alienação de bens intangíveis	18.851	18.851	(1)
Variação de ativos e passivos	(44.166)	(61.104)	(2.267)
(Aumento)/ redução de TVM e Derivativos	11.443	(16.530)	54.874
(Aumento)/ redução em operações de crédito	7.738	(4.416)	(45.696)
(Aumento)/ redução em outros ativos financeiros	50.855	59.906	(53.584)
(Aumento)/ redução em ativos fiscais	8	8	(1)
(Aumento)/ redução em outros ativos	9.736	1.550	(14.253)
(Redução)/ aumento de depósitos	(121.036)	(98.118)	52.398
(Redução)/ aumento de outros passivos financeiros	(16)	-	-
(Redução)/ aumento de provisões	(108)	(189)	2.922
(Redução)/ aumento de outros passivos	(2.786)	(3.315)	1.073
Atividades operacionais - caixa líquido aplicado	(78.063)	(119.337)	(61.583)
Aquisição de bens intangíveis	-	-	(6.240)
Aquisição de bens tangíveis	-	-	(413)
Alienação de bens tangíveis	280	280	-
Atividades de investimentos - caixa líquido proveniente (aplicado)	280	280	(6.653)
Aumento de capital	77.756	118.756	-
Atividades de financiamentos - caixa líquido proveniente	77.756	118.756	-
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(27)	(301)	(68.236)
Caixa e equivalentes no início do semestre / exercício	327	601	68.837
Caixa e equivalentes no final do semestre / exercício	300	300	601
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(27)	(301)	(68.236)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



1 Contexto operacional

O Banco Letsbank S.A. ("Banco Letsbank", "Banco" ou "Instituição"), empresa pertencente a JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. ("JK 031"), é uma companhia fechada, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Presidente Juscelino Kubistchek, nº 50, 2º andar, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O Banco encontra-se autorizado a funcionar como banco múltiplo, por meio de suas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento e de operações no mercado de câmbio.

As demonstrações financeiras do Banco Letsbank foram aprovadas pela Diretoria em 28 de março de 2024.

(a) Reorganização Societária

Em 22 de dezembro de 2023 o Banco Master celebrou contrato para a aquisição de 100% da JK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Letsbank S.A. A aquisição foi protocolada no Banco Central do Brasil ("BACEN") e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 29 de janeiro de 2024, sendo aprovada pelo CADE em definitivo em 14 de março de 2024. A conclusão da aquisição está sujeita à aprovação do BACEN.

2 Apresentação das Demonstrações financeiras

(a) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e em consonância com Lei das Sociedades por Ações.

Abaixo as empresas em que o Banco Letsbank S.A. detém participação societária e o percentual de participação:

Empresa	Tipo	Atividades	Participação total (em %)	
			31/12/2023	31/12/2022
SB Pagamentos e Sistemas LTDA	Controlada	Prestação de Serviços de Tecnologia	100,00	100,00
IOUU Tec e Serv Fin S.A. (1)	Controlada	Serviços Financeiros	100,00	-

(1) Em 01 de agosto de 2023, o Banco concluiu a aquisição do controle da IOUU Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda e sua subsidiária. A partir dessa data os valores contabilizados nas rubricas de títulos de crédito a receber e prêmios de compra de ativos financeiros, foram reclassificados para as rubricas de investimentos e intangível.

Reapresentação de saldo de exercícios anteriores

Em 31 de dezembro de 2023, estão sendo reapresentado para correção de erro na apresentação das seguintes rubricas contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo elas: i) outros ativos, ii) Intangível, iii) depreciação e amortização acumulada e iv) prejuízos acumulados, assim como a reapresentação dos demais quadros e notas explicativas das dessas demonstrações financeiras. Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:



Ativo	Divulgado em 31/12/2022	Reapresentado 31/12/2022
Outros ativos	80.463	65.603
Intangível	8.610	21.397
Depreciação e amortização acumuladas	(2.850)	(7.572)

Passivo	Divulgado em 31/12/2022	Reapresentado 31/12/2022
Prejuízos acumulados	(181.141)	(187.937)

Demonstração do Resultado	Divulgado em 31/12/2022	Reapresentado 31/12/2022
Despesas administrativas - Despesa de Amortização	(36.520)	(43.316)
Prejuízo do exercício	(60.116)	(66.912)

Demonstração dos fluxos de caixa	Divulgado em 31/12/2022	Reapresentado 31/12/2022
Prejuízo do semestre / exercício	(60.116)	(66.912)
Depreciação e amortização	(36.520)	(43.316)

Destaca-se que a partir de 1.º janeiro de 2021 estão vigentes as alterações normativas decorrentes da Resolução do CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20. Esses normativos dispõem sobre procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, alterando substancialmente a forma de apresentação dessas, com intuito de promover maior similaridade com a forma de apresentação das demonstrações financeiras segundo as normas internacionais de contabilidade, as *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Novas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil e CMN:

Conversão de Taxas

Resolução CMN nº 4.924/2021, em conjunto com a Resolução BCB nº 120/21, estabelecem a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Banco Central do Brasil (PTAX) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. O Banco não aderiu a essa prática.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Instrumentos Financeiros

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/21 e normas complementares, que dispõe sobre os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação que contemplará as seguintes fases:

- Estudo da regulamentação, definição da equipe do projeto;
- Diagnóstico dos instrumentos financeiros, avaliação dos impactados para adoção norma em estruturas de processos e sistemas além de escolha a metodologia de trabalho;
- Definição de cronograma e apresentação do plano para aprovação da diretoria.



O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

O normativo abaixo entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025:

Arrendamentos

Resolução CMN nº 4.975/21 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 – R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Esta Resolução entrará em vigor em 01/01/2025.

(b) Julgamentos e estimativas críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as políticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos não financeiros e respectivo teste de impairment. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

(i) Avaliação do valor de mercado de alguns instrumentos financeiros sem mercado ativo

O valor de mercado de instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cujos preços não estão disponíveis é calculado através de técnicas de precificação. Nestes casos, os valores justos são estimados através de dados observados em instrumentos similares ou através de modelos. Quando dados observáveis de mercado não estão disponíveis, eles são estimados baseados em premissas apropriadas. Quando são utilizadas técnicas de precificação, estas são validadas e revisadas periodicamente, a fim de manter sua confiabilidade.

(ii) Impairment de ativos não financeiros

De acordo com o CPC 01, os ativos não financeiros (imobilizados e intangíveis) também devem ser testados anualmente para *impairment* em algumas situações. Para o cálculo do valor recuperável (valor em uso), o Banco faz uso de estimativas de fluxos de caixa (montante e prazos), bem como das taxas de desconto apropriadas. Não foram apuradas perdas em tais ativos no período compreendido por estas demonstrações financeiras.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Créditos tributários são reconhecidos em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Banco irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras.

(iv) Provisões para perdas esperadas associada ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas em operações de crédito e outros créditos, considerando as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito. Os valores das provisões são definidos, essencialmente, levando-se em consideração a faixa de atraso e o risco de crédito das respectivas operações de crédito. Esses valores podem ser diferentes do valor presente dos recebimentos estimados, bem como dos valores a serem de fato recebidos.

**(v) Provisões, ativos e passivos contingentes (fiscais, trabalhistas e cíveis)**

A Instituição no curso normal dos negócios é autora ou ré em diversos processos na justiça. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes decorrentes desses processos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e na Circular n.º 3.429/10 do BACEN. Os valores contabilizados ou divulgados em notas explicativas são baseados nas melhores estimativas, inclusive na probabilidade de ocorrência do tema em questão.

3 Declaração sobre a utilização de políticas contábeis e classificação dos itens das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) Método de cálculo e divulgação do resultado por ação

Na divulgação do resultado líquido por ação, deve-se observar o Pronunciamento CPC 41 – Resultado por Ação inclusive no que se refere à evidenciação em notas explicativas, desconsiderando o Apêndice A2, bem como as menções de reconhecimento de algumas ações preferenciais como passivos. Além disso, os demais pronunciamentos citados no CPC 41, enquanto não recepcionados pelo BACEN ou, CMN, não podem ser aplicados. Segundo o CPC 41, o resultado por ação (básico) é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia (ON e PN) pela média ponderada da quantidade de ações em circulação, enquanto a política anterior dividia o lucro ou prejuízo do final do período pela quantidade de ações em circulação no final do período. A nota explicativa 17 evidencia o cálculo segundo o CPC 41 para os anos de 2023 e 2022.

(b) Apresentação da demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente engloba o resultado do período e os outros resultados abrangentes do período, separados em itens que serão ou não reclassificados para o resultado em períodos posteriores. Outros resultados abrangentes são itens de receitas e despesas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. As demonstrações do resultado abrangente para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas nessas demonstrações financeiras.

(c) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto (exceto posição financiada) e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.



(f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Conforme determina a Circular n.º 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de sua data de vencimento.

(g) Operações de crédito

As operações de crédito, nas suas diversas modalidades, estão registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixados, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59.º dia é contabilizada em receita de operações de crédito e, a partir do 60.º dia, em rendas a apropriar.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no nível em que estavam classificadas, exceto quando da ocorrência de amortização importante, hipótese que poderá resultar em melhora do rating atribuído. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes de renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise das operações, efetuada pela administração, caso a caso, para concluir quanto ao valor necessário para créditos de liquidação duvidosa, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução n.º 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. As classificações de risco de clientes ("ratings") são atribuídas por modelo de "credit score", e podem ser revisadas pelo comitê de crédito, resultando em alteração da classificação atribuída inicialmente.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, o Banco Letsbank optou pela contagem em dobro dos períodos vencidos, conforme permitido pela Resolução CMN n.º 2.682/99, para determinar o nível de risco da operação.

Através da Resolução n.º 3.533/08, o Conselho Monetário Nacional determina a divulgação em nota explicativa de informações relativas a cada categoria de classificação de venda de ativos financeiros. As referidas categorias são:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o ativo deve ser baixado e o resultado reconhecido no momento da transferência;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o ativo não deve ser baixado, mas sim, deve ser reconhecido um passivo. O resultado é apurado conforme o prazo da cessão; e
- Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: deve ser avaliado a qual instituição pertence o controle do ativo.



(h) Outros ativos

As despesas antecipadas consideram as aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em exercícios seguintes.

(i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(j) Imobilizado e Intangível

O ativo imobilizado está registrado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis do Banco são compostos por intangível na aquisição de licença e desenvolvimento de uma nova plataforma. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados para sua utilização.

Ágio ou deságio de acordo com a Resolução nº 4.817/20, o ágio ou deságio é definido como a diferença entre o valor pago na aquisição de uma empresa e o valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio resultante da aquisição de uma participação (em que não se detém anteriormente o controle) é contabilizado no ativo, enquanto o deságio é registrado como receita na demonstração do resultado. Já em aquisições adicionais de entidades já controladas, o ágio ou deságio deve ser registrado no patrimônio líquido. A amortização do ágio é um processo sistemático que deve ser realizado com base em projeções de rentabilidade futura na demonstração do resultado.

(k) Depósitos a prazo, os depósitos interfinanceiros e captações no mercado aberto

Os depósitos a prazo, os depósitos interfinanceiros, as captações no mercado aberto estão registradas pelos seus respectivos valores contratuais, acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

(l) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais – Créditos tributários diferidos", no ativo e/ou "Passivos fiscais – Obrigações fiscais diferidas", no passivo. Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 20%.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa nº 319/22 a partir de 1º de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável



a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda, não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *Impairment*

A Instituição, baseando-se nos dispositivos do CPC 01, analisa uma vez por ano os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*, que é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

(o) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2/20, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 19.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	300	601
Caixa e equivalentes de caixa	300	601

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Avaliação, classificação e gerenciamentos de riscos

As avaliações das posições de títulos de renda fixa e dos instrumentos financeiros derivativos são obtidas através dos mercados em que possuam maior liquidez ou, caso não haja essa disponibilidade, em mercados correlacionados, inclusive por interpolações e extrapolações de prazos.

(b) Títulos e valores mobiliários

			31/12/2023		31/12/2022	
	Valor de custo	Ajuste a mercado	Valor de mercado	De 91 a 180	De 361 a 1080	Valor de mercado
Títulos para negociação	39.745	(6.187)	33.558	-	33.163	17.028
Tesouro Selic	33.167	(4)	33.163		33.163	12.243
Debêntures	6.578	(6.183)	395	395	-	4.280
Vinculados A Prestacao De Garantias	-	-	-	-	-	505
Total de TVM - 31/12/2023	39.745	(6.187)	33.558	395	33.163	-
Total de TVM - 31/12/2022	17.757	(729)	17.028	-	17.028	17.028

**(c) Instrumentos financeiros derivativos**

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos, de acordo com sua política de gestão de riscos, com o objetivo de proteção (hedge) contra riscos de mercado, mitigando exposições decorrentes principalmente de flutuações das taxas de juros e cambial. Os instrumentos derivativos utilizados destinam-se a administrar a sua exposição global e a atender às necessidades de seus clientes para a proteção de suas exposições.

As operações de derivativos utilizadas são: swaps de taxas de juros, de moeda, produtos e índices, de fluxo de caixa, operações em mercados futuros, termos e opções.

Os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor de mercado, geralmente, baseando-se em cotações de preços ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características similares. Não estando disponíveis, os valores de mercado baseiam-se em modelos de precificação, fluxo de caixa descontado e cotações de operadores de mercado.

Os contratos de derivativos negociados são registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A apuração destas operações é feita através de informações disponíveis e divulgadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou por provedores externos (corretoras, bancos e outros).

A área de Gestão de Risco trata da precificação de todos os instrumentos financeiros derivativos, tanto utilizando parâmetros de mercado MtM (Mark to Market) como parâmetros da operação (valor na curva). Os parâmetros de mercado são atualizados diariamente no processo de precificação dos instrumentos a mercado, como as estruturas a termo de taxa de juros para todos os indexadores brasileiros. Os modelos de marcação a mercado (MtM) avaliam os valores dos instrumentos derivativos de acordo com as atuais condições de mercado para todos os indexadores, como também para os títulos de dívida soberana e títulos de emissão privada, e duration (prazo médio) da carteira.

(i) Posição por indexador

	Valor de registros dos contratos	
	31/12/2023	31/12/2022
Futuros	14.337	20.367
Taxa de juros	-	20.367
Moedas	14.337	-
	14.337	20.367

(ii) Posição por prazo

	31/12/2023		31/12/2022	
	De 181 a 360	De 361 a 1080	Total	Total
Valor referencial	10.071	4.266	14.337	20.367
Futuros	10.071	4.266	14.337	20.367

(d) Custódia dos títulos da carteira

Os derivativos estão registrados e custodiados em conta própria do Banco na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC do Banco Central do Brasil.



6 Operações de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação e provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito

Operações	Balanco	Carteira									31/12/2023	31/12/2022
			A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Empréstimos, descontos e financiamentos	Op. de Crédito	Classif.	18.727	1.249	1.482	1.564	2.322	2.082	1.871	16.488	45.785	48.628
Total da carteira			18.727	1.249	1.482	1.564	2.322	2.082	1.871	16.488	45.785	48.628
Provisões para perdas esp. assoc. ao risco de crédito												
Carteira Classificada	Op. de Crédito	Classif.	(94)	(12)	(44)	(156)	(697)	(1.041)	(1.310)	(16.488)	(19.842)	(3.529)
Total das provisões			(94)	(12)	(44)	(156)	(697)	(1.041)	(1.310)	(16.488)	(19.842)	(3.529)

(b) Movimentação à conta de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	(3.529)	(146)
Constituições líquidas de reversões	(23.572)	(3.394)
Requerida pela resolução nº2.682/99	(23.572)	(3.394)
Baixa	-	11
Créditos baixados como prejuízo	7.259	-
Saldo Final	(19.842)	(3.529)

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve cessões de crédito ou recuperação de créditos baixados para prejuízo. No mesmo período não houve créditos renegociados da carteira ativa.

(c) Crédito por setor de atividade

	31/12/2023	31/12/2022
Comércio	45.785	48.628
	45.785	48.628

(d) Crédito por vencimento das parcelas

	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas		
De 15 a 60 dias	2.193	909
De 61 a 180 dias	4.575	634
Acima de 180 dias	2.751	130
	9.519	1.673
A vencer		
Até 90 dias	11.508	9.480
De 91 a 180 dias	7.637	7.945
De 181 a 360 dias	11.057	14.051
Acima de 360 dias	6.064	15.479
	36.266	46.955
	45.785	48.628

(e) Concentração de crédito

Clientes	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores clientes	2.736	5,98	1.717	3,53
11 a 60 maiores clientes	4.903	10,71	5.250	10,80
61 a 160 maiores clientes	6.362	13,90	7.325	15,06
Demais	31.784	69,41	34.336	70,61
	45.785		48.628	



(f) Composição das operações cedidas por tipo de operação e natureza dos riscos

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve operações de cessão de crédito.

7 Outros ativos financeiros

(a) Relações interfinanceiras e outros

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e créditos a receber	-	5.516
Antecipação de recebíveis de cartão	7	3
Prêmios de compra de ativos financeiros	-	10.004
Outros sistemas de liquidação (1)	13.297	73.301
	13.304	88.824
Negociação e intermediação de valores	-	55
Rendas a receber	390	-
	390	55
	13.694	88.879
Circulante	13.297	73.301
Não circulante	397	15.578

(1) Refere-se em grande parte à Reserva PIX, no montante de R\$11.167 (R\$71.429 em 31 de dezembro de 2022).

8 Outros ativos

	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Depósitos em garantia (Nota 11 (a) e (b))	41.316	39.178
Adiantamentos efetuados(1)	1.847	22.878
Despesas antecipadas	842	1.535
Devedores diversos	14	2.011
	44.019	65.602
Circulante	856	3.546
Não circulante	43.163	62.056

(1) Em 31 de dezembro de 2023, referem-se a valores pagos em projetos sistêmicos em andamento ainda não finalizados para uso. Neste exercício foi realizada baixa em função de descontinuidade de alguns projetos que estavam em andamento.

9 Instrumentos financeiros (passivos)

(a) Abertura dos depósitos, captações e repasses por vencimento

Depósitos, letras de crédito, letras financeiras e repasses						31/12/2023	31/12/2022
	Sem vencimento	Até 90	De 91 a 180	De 181 a 360	De 361 a 1080	Total	Total
À vista	12.210	-	-	-	-	12.210	50.087
A prazo		35.680	94	35.335	21.600	92.709	152.950
Total - 31/12/2023	12.210	35.680	94	35.335	21.600	104.919	203.037
Total - 31/12/2022	50.087	9.828	30.827	57.579	54.716	-	-



10 Imposto de renda e contribuição social

(a) Demonstração do cálculo

	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Resultado antes dos impostos	(121.362)	(69.102)
Ajuste reapresentação de saldo de exercícios anteriores (Nota 2(a))	(6.796)	6.796
Efeito das diferenças permanentes	6.288	521
Participações em controladas	387	(33)
Brindes	-	72
Despesas Indedutíveis	5.901	482
Efeitos das diferenças temporárias	27.791	5.977
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.572	3.394
Provisões	1.035	171
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.184	1.217
Outras provisões	-	1.195
Base antes do aproveitamento do prejuízo fiscal – CSLL	(94.079)	(55.808)
Base antes do aproveitamento do prejuízo fiscal – IRPJ	(94.079)	(55.808)
Base fiscal após aproveitamento de prejuízo fiscal – CSLL	(94.079)	(55.808)
Base fiscal após aproveitamento de prejuízo fiscal – IRPJ	(94.079)	(55.808)
Impostos diferidos constituídos sob diferenças temporárias	12.506	2.190
(=) Imposto de renda e contribuição social total reconhecida no exercício	12.506	2.190

(b) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	4.479	2.288
Movimentação		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10.607	1.527
Provisão para contingências	482	598
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	1.415	66
Saldo Final (Nota 2b(iii))	16.984	4.479
Percentual sobre o patrimônio líquido	64,34%	27,15%

(c) Previsão de realização do crédito tributário e obrigações fiscais diferidas

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Total	Total
				31/12/2023	31/12/2022
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.991	3.981	3.690	13.662	1.640
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	1.414	-	-	1.414	1.414
Contingências e outros	-	1.260	648	1.908	1.425
Total	7.405	5.241	4.338	16.984	4.479

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, aprovado pela Diretoria em 28 de março de 2024, foi elaborado com base nos cenários atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e a realização de ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados.

As premissas do estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, elaborado nos termos da Resolução CMN n.º 4.842 foram revistas devido a importantes alterações no cenário econômico, com



impactos relevantes no segmento de atuação do Letsbank, incluindo os eventuais eventos futuros descritos na nota 21 (a) – Reorganização Societária.

A Instituição não contabilizou o montante de R\$138.542, relativos aos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa durante o exercício de 2023.

(d) Valor presente dos créditos tributários

O Banco fundamenta o estudo técnico, aprovado pela diretoria, que considera expectativa de rentabilidade e de geração de obrigações tributárias futuras, estima a realização dos créditos tributários em um prazo máximo de quatro anos. O valor presente dos créditos tributários, descontado pelo custo médio de captação ponderado pela expectativa de juros futuros do mercado em 31/12/2023, totaliza R\$15.103 (R\$2.851 em 31 de dezembro de 2022).

11 Provisões

(a) Trabalhistas e cíveis

As provisões trabalhistas e cíveis referem-se a contingências classificadas com risco provável. A movimentação destas no período pode ser assim resumida:

	31/12/2023			31/12/2022
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	307	11	318	164
Constituição Provisão	186	-	186	432
Reversão Provisão	(15)	(11)	(26)	(278)
Pagamento	(189)	-	(189)	(81)
Saldo final em 31 de dezembro	289	-	289	318
Depósitos em garantia de recursos em 31 de dezembro	193	15	208	242

(b) Fiscais

	31/12/2023	31/12/2022
Contestação judicial de tributos	15.338	14.286
Outras contingências fiscais	248	245
	15.586	14.531
Não Circulante	15.586	14.531

A movimentação no período pode ser assim resumida:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	14.531	13.322
Atualização/encargos	1.055	1.209
Saldo no final do período	15.586	14.531
Depósitos em garantia de recursos	41.108	39.003

12 Ativos e passivos contingentes

(a) Ativos contingentes prováveis

Não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos relevantes classificados como prováveis de realização.

**(b) Passivos contingentes possíveis – trabalhistas e cíveis**

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo Banco, e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos e, conforme legislação, não requerem a constituição de provisões. A Instituição é parte dos seguintes processos com risco de perda possível:

- Processos trabalhistas: Existem processos trabalhistas cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$6.189 (R\$139 em 31 de dezembro 2022).
- Processos cíveis: Os processos, em sua maioria, referem-se a indenizações por danos morais, questões sobre protesto de duplicatas endossadas ao Banco por terceiros, legitimidade de contrato e revisão contratual. Foram levados em conta para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, apenas os valores dados às causas, que para os processos classificados como possíveis equivalem ao montante de R\$393 (R\$6 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Passivos contingentes possíveis – fiscais

As contingências fiscais de perda possível e não reconhecidas totalizam R\$64.286 (R\$57.518 em 31 de dezembro de 2022), e as principais ações estão descritas a seguir:

- Questionamento relativo à base de cálculo de IRPJ e CSLL sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no montante de R\$42.863 (R\$42.683 em 31 de dezembro 2022) e do PIS e COFINS R\$14.394 (R\$14.394 em 31 de dezembro 2022).

13 Outros passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	-	18
Impostos e contribuições a recolher	901	1.971
Pagamentos a efetuar	2.653	4.466
Diversos	182	596
	3.736	7.051
Circulante	3.736	7.051

14 Patrimônio líquido**(a) Capital social****(i) Capital subscrito e integralizado**

O capital social, no valor de R\$323.188 (R\$204.432 em 31 de dezembro de 2022), encontra-se totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País e é representado por 10.729.773 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (2.093.677 ações ordinárias nominativas sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Aumento de capital

Em 31 de março de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$14.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 1.883.920 novas ações ordinárias pelo acionista NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 05 de abril de 2023.

Em 28 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$8.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 1.436.023 novas ações ordinárias pelo



acionista NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 11 de maio de 2023.

Em 26 de maio de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$7.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 1.662.449 novas ações ordinárias pelo acionista NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 06 de junho de 2023.

Em 22 de junho de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$12.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 3.653.704 novas ações ordinárias pelo acionista NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 26 de junho de 2023.

Em 19 de julho de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$18.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 7.076.265 novas ações ordinárias pelo acionista Sr. Roberto de Rezende Barbosa, tornando-se acionista minoritário com 40% de participação do Banco Letsbank. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 24 de julho de 2023.

Em 01 de agosto de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$756, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 298.196 novas ações ordinárias pelo acionista Sr. Bruno Sayão Rosa, tornando-se acionista minoritário com 1,65% de participação do Banco Letsbank. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 14 de setembro de 2023.

Em 22 de agosto de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$7.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 3.259.625 novas ações ordinárias pelo acionista Sr. Roberto de Rezende Barbosa, tornando-se acionista minoritário com 48,38% de participação do Banco Letsbank. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 20 de setembro de 2023.

Em 11 de outubro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$12.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 6.337.380 novas ações ordinárias pelo acionista NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 08 de novembro de 2023.

Em 22 de novembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$15.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 10.367.400 novas ações ordinárias pelo acionista JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 30 de novembro de 2023.

Em 13 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$25.000, que foi integralizado em dinheiro, mediante a emissão de 17.278.999 novas ações ordinárias pelo acionista JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central em 21 de dezembro de 2023.

Sendo assim, no exercício de 2023, o Banco Letsbank recebeu um total de aportes no valor de R\$ 118.756, mediante a emissão de 53.253.961 novas ações ordinárias.

(b) Reservas de lucros e prejuízos acumulados

O Estatuto Social do Banco, prevê a destinação do lucro líquido anual para as seguintes reservas: (a) Reserva para Equalização de Dividendos com a finalidade de garantir recursos para pagamento de remuneração ao acionista; e (b) Reserva para Reforço do Capital de Giro para garantir meios financeiros para a operação do Banco.

(c) Dividendos e remuneração do capital próprio

O Estatuto Social do Banco, prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram distribuídos dividendos e juros sobre o capital próprio.



15 Detalhamento das contas de resultado

a. Receitas da intermediação financeira

	Exercícios findos em	
	31/12/2023	31/12/2022
Operações de crédito	12.823	6.628
Empréstimos	12.972	6.570
Recuperação de créditos	-	58
Descontos Concedidos	(174)	-
Adiantamento a depositantes	25	-
Resultado de títulos e valores mobiliários	10.465	5.280
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.934	3.689
Títulos de renda fixa	5.480	4.938
Ajuste ao valor de mercado – TVM	(2.949)	(3.347)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(531)	(14)
Futuros	(531)	(14)
	22.757	11.894

b. Despesas de captação no mercado aberto

	Exercícios findos em	
	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos interfinanceiros	-	(165)
Depósitos a prazo	(20.020)	(10.146)
Operações compromissadas	(3)	(21)
	(20.023)	(10.332)

c. Receitas de prestação de serviços

	Exercícios findos em	
	31/12/2023	31/12/2022
Renda de cobrança	3.059	958
Rendas de tarifas	2.525	2.689
Rendas de outros serviços (1)	2.707	3.578
	8.291	7.225

(1) Rendas referente a parcerias com cliente

d. Despesas de pessoal

	Exercícios findos em	
	31/12/2023	31/12/2022
Proventos	(13.659)	(12.896)
Honorários	(1.881)	(1.881)
Treinamentos	(49)	(31)
Benefícios	(5.081)	(5.827)
Encargos sociais	(7.211)	(8.728)
Estagiários	(62)	(106)
Indenizações	-	190
	(27.943)	(29.279)



e. Outras despesas administrativas

	Exercícios findos em	
	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Aluguéis	(1.373)	(1.058)
Comunicações	(104)	(198)
Processamento de dados	(11.934)	(9.371)
Promoções e relações públicas	(4)	(239)
Seguros	(90)	(171)
Serviços do sistema financeiro	(1.814)	(2.377)
Serviços de terceiros (1)	(13.158)	(19.586)
Serviços técnicos especializados (2)	(892)	(1.427)
Amortização e baixa de projetos encerrados (Nota 8a)	(42.777)	(6.796)
Outras	(3.533)	(2.093)
	(75.679)	(43.316)

(1) Refere-se basicamente ao pagamento de FEE com para IOUU, na originação da carteira de crédito e de comissão de parcerias.

(2) Em atendimento à NBC PA nº 400, o valor dos honorários pagos aos auditores independentes, relacionado a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 210

f. Outras receitas operacionais

	Exercícios findos em	
	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de encargos e despesas	-	170
Atualização monetária ativa sobre depósitos judiciais	2.119	1.884
Outras receitas operacionais	445	131
	2.564	2.185

g. Outras despesas operacionais

	Exercícios findos em	
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com perda em investimentos	(2.278)	(557)
Multas	(14)	(127)
Amortização de Ágio	(1.198)	-
Juros de Mora	(7)	(87)
Perdas Trabalhistas	-	(167)
Perdas com Clientes	(347)	(482)
Outras despesas operacionais	(360)	(58)
	(4.203)	(1.478)

16 Resultado por ação

	31/12/2022	
	31/12/2023	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(108.856)	(66.912)
Quantidade média de ações (mil unidades)	17.753.049	1.917.767
Ações ordinárias	17.753.049	1.917.767
Prejuízo atribuível		
Prejuízo atribuível às ações ordinárias	(108.856)	(66.912)
Prejuízo por ação básico – Reais		
Ações ordinárias	(0,00613)	(0,03489)

**17 Partes relacionadas****a. Empresas controladas e controladora**

As transações entre controladora e empresas controladas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade e estão representadas por:

Vínculo com a Instituição	Objeto e características do contrato	31/12/2023		31/12/2022	
		Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Empresa Ligada	Outros valores a pagar	(95)	-	(449)	-
	Depósitos à vista	(1.822)	-	(26.997)	-
	Depósitos a prazo	(19.144)	-	(34.068)	-

b. Remuneração de pessoas-chave da administração

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram pagos a título de benefício de curto para administração o montante de R\$2.458 (R\$1.358 em 31 de dezembro de 2022).

18 Permanente**a. Participações em controladas****i. SB Pagamentos**

Em 17 de outubro de 2018, foi constituída a SB Pagamentos e Sistemas Ltda., subsidiária integral do Banco Letsbank. A SB Pagamentos e Sistemas Ltda. atua na prestação de serviços de tecnologia para desenvolvimento de soluções e plataformas voltadas à gestão de meios de pagamentos, bem como transmissão, processamento e liquidação de transações eletrônicas de pagamento.

Em 24 de maio de 2022, foi alterado o nome da empresa SB Pagamentos e Sistemas Ltda, para a nova denominação social LB Pagamentos e Sistema Ltda, a qual se regerá pelo presente contrato social, pelas disposições legais aplicáveis às sociedades limitadas e, supletivamente, pela Lei nº 6.404/76.

ii. Aquisição IOOU Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda

Em 30 de junho de 2021, o Banco estava negociando a aquisição do controle da IOOU Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda, uma fintech voltada à originação de crédito a pequenos empreendedores. Com essa aquisição, o Banco focará suas atenções no mercado de pequenas e médias empresas usando o motor de crédito adquirido, mesclando a inteligência de dados da IOOU com a expertise do Banco em premissas básicas de concessão de crédito, sendo contabilizado nas rubricas de títulos de crédito a receber e prêmios de compra de ativos financeiros.

Em 17 de julho de 2021, o Banco Central do Brasil concedeu a autorização para participação societária do Banco no capital social da IOOU Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda. e conseqüentemente da sua subsidiária integral, IOOU Gestão de Ativos e Serviços Financeiros Ltda.

Em 01 de agosto de 2023, o Banco concluiu a aquisição do controle da IOOU Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda e sua subsidiária. A partir dessa data os valores contabilizados nas rubricas de títulos de



crédito a receber e prêmios de compra de ativos financeiros, foram reclassificados para as rubricas de investimentos e intangível.

O relatório de alocação do preço de compra ("PPA"), elaborado por empresa independente especializada em avaliação de ativos, foi concluído em conformidade com os prazos regulatórios pertinentes, sem efeitos materiais nas linhas de ativos e passivos.

O valor contabilizado na rubrica de investimento foi de R\$(276) na rubrica de intangível a título de ágio o montante de R\$14.379 nota 18(c).

Abaixo, são demonstradas informações acerca das controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação no Capital	Resultado	Investimentos		Resultado de Equivalência	
					31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
LB Pagtos. e Sistemas Ltda.	600	849	100%	2	849	847	2	33
IOUU Tec e Serv Fin S.A.	6.540	510	100%	(389)	510	-	(389)	-
					1.359	847	(387)	33

b. Imobilizado

	Despesa de depreciação			
	31/12/2022	Despesa de depreciação	Baixas	31/12/2023
Mobiliários e Instalações	586	(107)	(196)	283
Custo	1.123	-	(351)	772
Depreciação acumulada	(537)	(107)	155	(489)
Equipamentos	1.301	(463)	372	754
Custo	2.464	-	(456)	2.008
Depreciação acumulada	(1.163)	(463)	372	(1.254)
Benfeitorias	1.146	(296)	-	850
Custo	1.478	-	-	1.478
Depreciação acumulada	(332)	(296)	-	(628)
Total imobilizado de uso	3.033	(866)	(280)	1.887
Custo	5.065	-	(807)	4.258
Depreciação acumulada	(2.032)	(866)	527	(2.371)

c. Intangível

	31/12/2022		Despesa de amortização		
	Reapresentado	Aquisições	Despesa de amortização	Baixas	31/12/2023
Software	15.858	20.033	(17.040)	(18.851)	-
Custo (1)	21.397	20.033	-	(41.430)	-
Amortização acumulada	(5.539)	-	(17.040)	22.579	-
Ágio aquisição de investimentos	-	14.379	(1.198)	-	13.181
Custo	-	14.379	-	-	14.379
Amortização acumulada	-	-	(1.198)	-	(1.198)
Total	15.858	34.412	(18.238)	(18.851)	13.181
Custo	21.397	34.412	-	(41.430)	14.379
Amortização acumulada	(5.539)	-	(18.238)	22.579	(1.198)

(1) Neste exercício foi realizada baixa em função de descontinuidade de alguns projetos.



19 Demonstração do Resultado Recorrente e Não Recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Não tivemos resultado não recorrente nos exercícios encerrados em 31 de dezembro 2023 e 2022.

20 Gerenciamento de riscos

As atividades do Banco Letsbank e suas controladas envolvem assumir riscos de forma orientada e gerenciá-los profissionalmente.

Um dos pilares da estrutura da gestão de risco no Letsbank é a sua independência em relação as áreas de negócio, garantindo que não haja conflito de interesse em suas atividades. As suas funções fundamentais são garantir que as diretrizes e limites de risco sejam respeitadas monitorando e reportando a aderência aos mesmos, atuar na disseminação da cultura de riscos e assessorar os órgãos e alçadas competentes da instituição na gestão do risco.

As políticas de gerenciamento integrado de riscos garantem uma estrutura de controle compatível com as operações, produtos e serviços, além de ser capaz de mensurar a exposição aos riscos e garantir que estes sejam gerenciados, identificados, analisados, controlados e reportados de maneira eficiente e eficaz.

Ademais, a Auditoria Interna é responsável pela revisão independente de gestão de riscos e do ambiente de controle.

(a) Risco de crédito

Em sua ampla definição, o risco de crédito é tratado como a probabilidade de ocorrerem perdas associadas ao descumprimento das obrigações pactuadas, mediante contratado entre as partes envolvidas, seja pelo tomador ou contraparte, considerando, também, a desvalorização do contrato assumido devido à maior exposição ao risco pelo tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- O Risco da contraparte: Possibilidade de não cumprimento das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros;
- O Risco País: Possibilidade de perdas decorridas de tomadores localizados fora do país, em razão de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito possibilita o Letsbank Consolidado: identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos, além de definir procedimentos e rotinas que possibilitem a gestão integral do risco de crédito envolvido em todas as fases do negócio.

Para melhor elucidar as fases do negócio, este foi dividido em quatro etapas que definem o ciclo de crédito:

- a) **Análise de crédito:** a análise de crédito possui critérios e procedimentos claramente definidos a todos os envolvidos no processo de concessão, tanto no que se refere a classificação de risco dos clientes/operações quanto as análises de propostas e renovação de limites. O principal objetivo na análise de crédito é fornecer embasamento técnico ao Comitê de Crédito através de análises econômico-financeira dos clientes, subsidiando, assim, a tomada de decisão.



- b) Concessão de crédito: A concessão de crédito tem como principal objetivo analisar e decidir sobre a concessão de limites e operações de crédito propostos pela área comercial, levando em consideração as informações levantadas pela própria área comercial e pela análise realizada pelo Departamento de Crédito.
- c) Gestão de crédito: Assim que o crédito é concedido, a gestão do crédito se torna responsável por: (i) formalizar as operações e as respectivas garantias envolvidas, garantindo a aderência de forma e conteúdo aos seus instrumentos constitutivos de aprovação, contratação e de garantias associadas; (ii) acompanhar as operações de crédito, identificando pontos críticos, visando garantir a qualidade da operação, bem como o efetivo recebimento dos valores emprestados à contraparte; (iii) analisar e acompanhar as garantias envolvidas na operação, verificando sua suficiência e liquidez além da detecção de indícios e prevenção da deterioração da qualidade de operações, com base no risco de crédito.
- d) Recuperação de crédito: quando uma operação de crédito entra em atraso, são tomadas medidas administrativas, repactuação ou adoção de medidas judiciais. Todas essas medidas citadas têm como objetivo fazer a recuperação do crédito em atraso com o menor custo e prazo possíveis.

O principal foco da área de risco de crédito é, de forma independente, identificar e mensurar a exposição ao risco de crédito, subsidiando a alta administração com estudos relativos à carteira de crédito do LetsBank, suportando assim os processos de tomada de decisão para que os riscos envolvidos nas operações sejam passíveis de controle e mitigação.

(b) Risco de mercado

O LetsBank está exposto a riscos de mercado, que correspondem ao risco de perdas decorrentes de mudanças nas taxas e preços de mercado. Estes riscos surgem de posições em taxas de juros, moedas, *commodities* e ações. A exposição a risco de mercado é segregada em carteira *trading* e carteira *banking*. A carteira *trading* inclui as posições de transações *market-making*, em que o LetsBank atua como o agente principal com clientes ou com o mercado. A carteira *banking* corresponde às transações das operações comerciais do LetsBank.

As principais ferramentas e medidas para gerenciamento do risco de mercado são:

- VaR (*Value at Risk*): medida estatística que estima a perda potencial máxima em condições normais de mercado dentro de um determinado horizonte de tempo;
- Teste de Estresse: cálculo do comportamento da carteira de ativos, passivos e derivativos em condições extremas de mercado (tanto positivas quanto negativas); e
- Análise de Sensibilidade.

Abaixo análise de sensibilidade:

Fatores de Risco	Risco de Variação em :	Cenários I	Cenários II
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	-19	19
	Total	-19	19

Seguindo os critérios de classificação das operações conjecturados na Resolução nº 4.557/17, na Circular nº 3.354/07, na Circular 3.876/18 e a Resolução 48/21, os instrumentos financeiros do Letsbank são segregados em Carteira Trading (Negociação) e Carteira Banking (Estrutural).

Para a análise de sensibilidade foram considerados cenários de estresse dos fatores de risco que compõem todas as operações da Instituição.

O cenário I considera o aumento das taxas de juros de curto e longo prazo (paralelo de alta) e a alta dos preços das *commodities*, ações e moedas e o cenário II é calculado através da redução das taxas de curto e longo prazo (paralelo de baixa) e a queda dos preços das ações, moedas e *commodities*. Os cenários de taxa de juros são definidos de acordo com a Circular nº 3.876 do Banco Central. Esta determina que os cenários de alta devem contemplar variações de 400bps para as variações de taxa em moeda nacional e



200bps para o cupom de dólar dos Estados Unidos. Os cenários de moedas, commodities e ações consideram a variação dos preços de acordo com o modelo volatilidade EWMA com horizonte de 21 dias úteis.

Ressaltamos que as variações nos cenários apresentam perspectiva de liquidação imediata de todos os ativos e passivos do banco, o que não representa necessariamente perda ou ganho por se tratar de situação hipotética.

(c) Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez, conforme a Resolução BACEN n.º 4.557/17, a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Letsbank possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pela Diretoria e revisada anualmente, que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades adotados na gestão do risco de liquidez do Letsbank, em conformidade às práticas de controle do risco de liquidez de que trata a Resolução BACEN n.º 4.557/17.

Estes critérios e procedimentos determinam uma reserva de liquidez, que deve ser alocada em títulos de alta liquidez, suficiente para manter as operações e obrigações da Instituição em um cenário de *Stress* de Fluxo de Caixa. A área de Gerenciamento de Riscos fica responsável pelo monitoramento de forma independente da liquidez da instituição, incluindo o monitoramento do fluxo de caixa, o teste de stress e o perfil de liquidez.

(d) Risco operacional

Em atendimento aos requisitos legais e alinhado às melhores práticas de mercado, o Letsbank implementou uma estrutura para gerenciamento do risco operacional, composta por um conjunto de políticas, procedimentos e ações permeadas pela filosofia de melhoria contínua.

Conforme definido na Resolução n.º 4.557/17 do Banco Central do Brasil, risco operacional relaciona-se à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, pessoas e/ou eventos externos ao Letsbank.

O Letsbank adotou o método ASA 2 – Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, para cálculo de alocação de capital da parcela de risco operacional em alinhamento com a Circular BACEN n.º 3.640/13.

(e) Gestão de capital

O gerenciamento de capital é uma das atividades mais importantes do Letsbank e o constante aprimoramento da gestão e controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional são fundamentais para gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital.

De acordo com a Resolução n.º 4.557/17 do BACEN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle de capital disponível;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Letsbank está sujeito;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O processo de gestão eficiente do capital contempla a otimização do uso de capital e o alinhamento com a estratégia de negócio do Letsbank e ao seu apetite de risco.

A Estrutura de Gestão de Capital deverá auxiliar a Diretoria quanto à gestão do Letsbank por meio de informações adequadas e consistentes. Os relatórios gerenciais devem fornecer uma visão detalhada do perfil de risco do Letsbank em comparação aos requisitos de capital para cada tipo de risco, demonstrar um



acompanhamento do Plano de Capital planejado versus realizado, apresentar planos de ações para mitigar desvios e notificar sobre novas regulamentações competentes ao assunto.

As políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, em conformidade com a legislação vigente, serão revisadas no mínimo anualmente pela Diretoria do Letsbank, visando revisar o conteúdo e se adequar ao planejamento estratégico do Letsbank e às condições de mercado.

Nos termos da Resolução do CMN n.º 4.192/13, o Patrimônio de Referência é composto basicamente pelo somatório do capital de nível I e do capital de nível II.

O cálculo de necessidade de capital regulatório para a cobertura de risco baseia-se na Resolução do CMN n.º 4.192/13, que dispõe sobre a formação do Patrimônio de Referência, e na Resolução n.º 4.958 De 21/10/2021 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I, de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) são compostos pelas parcelas de risco de crédito, risco operacional e risco de mercado – composto pelos riscos das exposições em ouro, moeda estrangeira, operações sujeitas à variação cambial, operações sujeitas à variação das taxas de juros e das operações sujeitas à variação do preço de commodities.

O cumprimento dos limites acerca do capital regulatório é observado e monitorado diariamente pela área de Riscos.

O Letsbank, em 31 de dezembro de 2023, atingiu o índice de 16,6% (12,2% em 31 de dezembro de 2022), calculado a partir das demonstrações do conglomerado prudencial.

A estrutura de gerenciamento de riscos é responsável pela apuração e monitoramento da adequação da relação patrimônio de referência versus exposição ao risco (RWA). Os cálculos são realizados a partir das demonstrações do conglomerado prudencial.

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio De Referência (PR)	9.798	7.411
Capital Principal – CP	9.798	7.411
Capital Social	323.188	204.431
Deduções do Capital Principal	313.390	197.020
Deduções antes dos Ajustes Prudenciais	296.793	187.937
Perdas ou Prejuízos Acumulados	296.793	187.937
Ajustes Prudenciais	16.597	9.083
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	59.178	116.073
RWA Risco de Crédito	43.010	106.930
RWA Risco Operacional	16.168	9.143
Índice de Basileia	16,6%	12,2%

(f) Valor de mercado de instrumentos financeiros

De acordo com a Resolução do CMN n.º 4.903/21, o Letsbank passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no apreçamento dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, verificando critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

Os instrumentos financeiros que trata a resolução são:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda”, conforme a Circular n.º 3.068/01 do BACEN;
- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular n.º 3.082/02 do BACEN; e
- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução n.º 4.557/17.



	31/12/2023	
	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos	79.343	79.097
Títulos e Valores Mobiliários	33.558	33.163
Operações de Crédito	45.785	45.934
Créditos originados	45.785	45.934
Passivos	104.919	106.749
Depósitos a vista	12.210	12.222
Depósitos a prazo	92.709	94.527

21 Evento Subsequente

a) Reorganização Societária

Em 22 de dezembro de 2023 o Banco Master celebrou contrato para a aquisição de 100% da JK 031 Empreendimentos e Participações S.A., controladora do Banco Letsbank S.A. A aquisição foi protocolada no Banco Central do Brasil ("BACEN") e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 29 de janeiro de 2024, sendo aprovada pelo CADE em definitivo em 14 de março de 2024. A conclusão da aquisição está sujeita à aprovação do BACEN.